

**ARAGUAIA-TOCANTINS-MORTES**

# Advocacia da União condiciona hidrovia à aprovação do EIA

*No processo, entre os réus, apenas o Ibama ainda não se manifestou*

**CAMILA BINI**  
Especial para o DIÁRIO

A Advocacia Geral da União (AGU), defensora judicial da União Federal, entrou dia 25 passado com pedido de agravo de instrumento da liminar que suspendeu obras e sinalização da hidrovia Tocantins-Araguaia-Mortes ao Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília. Representando o Ministério dos Transportes (réu no processo), a AGU defende que as obras dependem da aprovação do estudo de impacto ambiental (EIA).

A maior preocupação da AGU é a multa diária de R\$ 100 mil fixada pela Justiça Federal para o descumprimento da liminar. "Não podemos ser os responsáveis por uma atividade que sempre existiu e é permitida por lei", afirmou por telefone ao DIÁRIO a advogada da AGU, Irene Ordini, referindo-se à navegação comumente realizada na região. "A navegação já existente, obviamente, continua. A liminar se refere à navegação de grande escala", esclareceu a advogada do Instituto Socioambiental (ISA), Juliana Santille.

O ISA é uma entidade ambientalista e representou judicialmente a Comunidade Indígena Xavante, que moveu a ação. Além da União, a Companhia Docas do Pará (CPD) e o Ibama foram citados como réus no processo. Até agora (48 dias após a liminar) apenas o Ibama não se manifestou.

A hidrovia integra o Plano de Metas do Governo Federal e é considerada de grande relevância para diminuir custos de transporte da produção agrícola do estado. Suas obras e sinalizações foram suspensas porque não foi feita a consulta às comunidades indígenas envolvidas, o Congresso Nacional ainda não aprovou o empreendimento e o primeiro EIA foi rejeitado pelo Ibama.

O superintendente da Ahitar

## SAIBA MAIS SOBRE O PROJETO DA HIDROVIA TOCANTINS-ARAGUAIA-MORTES

- O Governo Federal deve destinar R\$ 170 milhões para todas as obras da Hidrovia Tocantins-Araguaia, num período de seis anos.
- A hidrovia tem dois de seus principais eixos em Mato Grosso. Um é pelo rio Araguaia, parte de Barra do Garças (a 494 Km de Cuiabá) e segue até Xambioá (no Tocantins), com 1230 km de distância.
- O outro eixo é pelo rio das Mortes, com distância de 580km, de Nova Xavantina (a 637 km de Cuiabá) até São Félix do Araguaia (1110 km).
- A hidrovia envolve 36 municípios 583,7 mil habitantes em MT, GO, TO, PA e MA.
- As principais obras previstas pelo primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Companhia Docas do Pará para a instalação da hidrovia são dragagens, derrocamentos, barreiras fixas e móveis.
- A hidrovia atinge direta e indiretamente as seguintes etnias indígenas: xavantes, carajás, javaés, avá-canoeiros, xerentes, krahôs, apinayés e krikaçis. (Fonte: CDI/FUNAI)

(Administradora da Hidrovia Tocantins-Araguaia, instância da CDP), Rogério Barzellay, adiantou que a empresa prevê entregar ao Ibama o novo EIA em 15 de setembro. Mas a Ahitar ainda está operacionando o estudo preliminar sobre as comunidades indígenas envolvidas com o projeto da hidrovia. Sete antropólogos com o aval da Funai (Fundação Nacional do Índio) estão estudando sete áreas indígenas para efetuarem análise que será anexada ao segundo EIA da CDP.

Além de orientar a empresa, a Funai determinou alguns procedimentos a serem cumpridos pela Docas. Após a aprovação do EIA, cidades mais próximas à

hidrovia sediarão audiências públicas para discutir o projeto e equipes técnicas da Funai e da Ahitar vão se reunir nas áreas indígenas. "O componente indígena será um complicador para o empreendimento. Só agora a Docas está 'sabendo' que há índios na região", analisou Nivlene Maciel, antropóloga da Funai.

A Ahitar espera confirmar uma data para expor à diretoria do ISA seu projeto. Apesar da conversa entre Juliana e o secretário executivo do Ministério dos Transportes, José Luis Portela, o ISA não vê possibilidade de acordo. "Estamos abertos a diálogo, mas não há como negociar em cima de leis", ponderou Juliana.